**A AUTONEGROFOBIA E A EDUCAÇÃO PARA A CONSCIÊNCIA NEGRA**

Delfino Jorge Banze

Email: delsopho@gmail.com

Universidade do Save (UniSave, extensão de Maxixe), Moçambique

**RESUMO**

O presente artigo analisa a autonegrofobia como consequência psicológica do colonialismo português em Moçambique. A autonegrofobia é um conjunto de comportamentos neuróticos de autoalienacao e autodepreciação que os negros manifestam perante a si próprios e no encontro com os brancos. Perante a sua ontologia e cultura, o negro moçambicano manifesta comportamentos de rejeição da sua estética (cor da pele, cabelos, etc), dos seus valores culturais, dos seus nomes e línguas maternas em favor de valores, nomes e línguas metropolitanos; e perante o branco, manifesta comportamentos de auto-inferiorização e de patronização do branco. Estas atitudes neuróticas, acreditamos que são sequelas que herdamos do colonialismo português e das suas estratégias de dominação colonial. Diante deste problema, na esteira do pensamento de Nelson Mandela, a educação é a arma mais poderosa que temos para mudar o mundo, portanto, uma educação humanista, afrocêntrica e libertadora teria um papel muito importante na descolonização mental dos negros moçambicanos e na construção da consciência negra. O artigo resulta da revisão bibliográfica, que consistiu na recolha de obras que versam sobre o assunto em questão, na sua leitura e interpretação textual acompanhadas de reflexão filosófica.

**PALAVRAS-CHAVE**: colonialismo, racismo, autonegrofobia, educação.

**ABSTRACT**

The present article analysis autonegrophobia as a psycological consequence of the portuguese colonialism in Mozambique. Autonegrophobia is a joint of neurotic behaviors of autoalienation and autodepreciation that black people manifest before themselves and before white people. Before their ontology and culture, black Mozambicans manifest behaviors of rejection of their esthetic (skin color, hair, etc), of their cultural values, their mother tongues and names in favor of the metropolitan values, names and languages; and before white people, they manifest self-inferiority behaviors and the white people patronization. These neurotic attitudes, we believe that are sequels that we inherited from the Portuguese colonialism and its colonial domination strategies. Before this problem, in the Nelson Mandela wake of thought, education is a powerful weapon that we have to change the world, so, a humanist, Afrocentric and liberator education would have an important role to the black Mozambican mental decolonization and to their black consciousness construction. The article is a result of bibliographical review which consisted in the recollecting of books that verse about the matter in question, and in the reading and textual interpretation followed by philosophical reflection.

**Key-words:** colonialism, racism, autonegrophobia, education.

1. **Do conceito de raça à ideologia racista**

**1.1 Raça e racismo**

O conceito de raça traz já consigo, logo que se pronuncia, marcas de racismo, pois que distingue os homens não apenas tendo em conta as características biológicas e culturais, mas sobretudo em termos de superioridade e inferioridade da humanidade de uns em relação aos outros. O que significa que logo que falamos de raça, acabamos por desaguar no conceito de racismo.

Segundo o Dicionário Eletrónico *Houais*[[1]](#footnote-1)o conceito de raça pode ser definido como sendo a “divisão tradicional e arbitrária dos grupos humanos, determinada pelo conjunto de carácteres físicos hereditários (cor da pele, formato da cabeça, tipo de cabelo etc.)”. Dos indícios que caracterizam uma raça predomina a cor da pele, por isso que se diz “raça negra”, “raça branca”, “raça amarela”.

Para Achile Mbembe (2014: 70), “raça é uma das matérias-primas com as quais fabricamos a diferença e o excedente”. Este vai mais longe, ao afirmar que o conceito de raça tem uma bagagem de perversidades, terror, sofrimento e, eventualmente, catástrofes. “Na sua dimensão fantasmagórica, é uma figura da nevrose fóbica, obsessiva e, porventura, histérica[[2]](#footnote-2)”. Entretanto, segundo Mbembe (Ibidem: 25), raça não é uma realidade físico-natural nem antropológica ou genética. Para ele a raça é uma construção fantástica e ideológica para substituir as antigas formas de lutas (de classes, de sexo) e legitimar a luta de raças, isto é, a opressão de raças consideradas inferiores pelas raças que se consideram superiores.

O termo racismo nasce do próprio conceito de raça. Segundo George M. Frederickson (2014: 14) o termo “racismo”, embora tardio em relação ao próprio racismo, surge na década de 30 para designar as teorias que fundamentavam o anti-semitismo nazi. Frederickson classifica o racismo em biológico (baseado em características biológicas, por exemplo, cor da pele), cultural (negação do outro devido aos seus hábitos, costumes e valores), a xenofobia (hostilidade contra o estranho, o Outro). A xenofobia não é em si racismo mas ela pode ser uma manifestação racista ou ponto de partida do racismo.

George Frederickson (Idem) avança que o racismo fora institucionalmente inventado pela religião cristã na Idade Média, tendo primeiramente se manifestado em forma de antijudaismo. O antijudaismo transforma-se em antisemitismo: o judeu na Europa medieval não era visto como um ser humano mas sim como um animal demoníaco, pecaminoso e perigoso para a propagação da fé cristã. Foram estas as premissas que justificaram o massacre dos judeus na Europa, principalmente pelo regime nazi.

A cor negra era simbolicamente associada ao mal e à morte. Simbolicamente porque o racismo contra o negro aparece como uma interpretação negativa da cor negra que reina (~va) na cultura ocidental. Por exemplo, Fredrickson (Ibidem: 28). conta-nos que os demónios eram representados como tendo pele escura e, em contrapartida, os anjos são representados com a cor branca, símbolo de pureza e da santidade.

 Até hoje, nenhuma mulher deve se apresentar vestida de cor branca diante do papa, pelo contrário deve-se vestir de negro na medida em que acredita-se que não tem tal nobreza pura igualada à do papa, que se veste de branco, ao ponto de uma mulher se vestir de tal maneira na sua presença. Assim, a cor negra é sinal de inferioridade quanto à pureza espiritual.

**1.2 A ideologia racista**

A Europa, ávida de poder e ganância, inventou mitos que legitimassem o seu poderio sobre os outros povos (não-europeus), alguns dos quais afirmam o mundo ocidental como centro do mundo, “o país natal da razão, da vida universal e da verdade da Humanidade” (Mbembe, 2014: 27). Assim, o Ocidente confiou a tarefa de criar ideologias racistas aos Antropólogos, etnólogos, filósofos e teólogos (Lucien Febvre, Levy Bruhl, Hegel, Tempels, etc), que vão afirmar o resto do mundo, em geral, e a África, em particular, como mundo estático, amoral, acientífico, ahistórico e semi-humano.

Foram estas as premissas que ditaram e justificaram a opressão mascarada sob a forma de evangelização libertadora em África, em particular em Moçambique. Para garantir a colonização e opressão dos moçambicanos, Portugal optou por usar, dentre várias estratégias de opressão, a educação assimilacionista, a escravatura, a geopolítica ultramarina e as missões católicas.

1. **Estratégias de dominação colonial portuguesa**
	1. **A Educação Colonial portuguesa e a opressão em Moçambique**

Na Obra “Estatuto e Axiologia da Educação em Moçambique”, Severino Elias Ngoenha faz um inventário dos valores transmitidos pelos paradigmas educacionais moçambicanos vigentes na era colonial, dentre os quais, destacam-se dois paradigmas: a educação missionária e a educação colonial portuguesa.

A educação missionária suíça aparece no final do séc. XIX e pretendia fazer-se, paradoxalmente, libertadora através da colonização cristã e protestante, em oposição à colonização portuguesa, opressora. Para tal objectivo, segundo Ngoenha (2000; 32-33), esta educação encarregou-se de criar uma nação *tsonga,* depois moçambicana e não suíça. Para isso, era preciso que a educação se baseasse nas culturas e línguas locais *tsonga*. Contudo, esta educação carregava consigo um “cristianismo eurocêntrico e seus condicionamentos históricos e culturais.”

No começo, a educação missionária repudiava a educação colonial portuguesa e viu-se a prosseguir em paralelo com esta última, o que, tendo sido visto como ameaça para os objectivos da educação colonial portuguesa, levou esta última a impor a outra a servir aos seus interesses assimilacionistas. Por isso que para Ngoenha, não é pertinente a separação entre a educação missionária e a colonial portuguesa. Pois, os portugueses confiaram às missões católicas as tarefas de transmitir valores do interesse colonial. O papel fundamental da educação seria o de “aportuguesar os indígenas” como forma de melhor controlar e oprimir. Esta educação teria que ser contrária à iniciada pelas missões. Se a das missões era baseada nas culturas locais, a portuguesa tinha que ser baseada na língua portuguesa, na história e geografia de Portugal. As línguas *tsonga* só poderiam ser usadas, num primeiro momento, na educação eclesiástica e, num segundo momento, como servas da língua portuguesa, ou seja, como médiuns da compreensão e aprendizagem do português. Nesta educação os próprios nomes dos indígenas eram rejeitados e punha-se como condição de ingresso às escolas coloniais a atribuição de um nome português.

Também tinha como objectivo, formar indígenas para actividades servis: sapateiros, alfaites, barbeiros, etc. Assim, como afirma Ngoenha (2000: 20), “os programas de educação luso-centrados, não tinham em conta a cultura material de Moçambique […]” e “era um factor de desnaturalização enorme para os indígenas em Moçambique”.

As missões traíram os seus próprios objectivos, ditos libertadores, em favor dos objectivos educacionais coloniais portugueses como forma de evitar conflitos e encerramento das missões pelo governo colonial português. Daí, resulta que a educação que se verifica é uma educação não mais que se julgava com carácter filantrópico e “libertador” mas sim uma educação colonial dominadora e opressora. Para além da educação, o governo colonial português usou várias estratégias de opressão como, por exemplo, a estratégia geopolítico-ultramarina, as missões católicas e a escravatura.

* 1. **A política geopolítico-ultramarina, as missões católicas e a escravatura**

Na estratégia geopolítico-ultramarina, Portugal estende o território de exercício de soberania para Moçambique, passando a considerar este último uma província ultramarina e considerando moçambicanos assimilados, cidadãos portugueses.

Esta estratégia pretendia fazer acreditar aos moçambicanos que Moçambique era uma extensão de Portugal além fronteira e, como tal, os moçambicanos tinham que se sentir estrangeiros (portugueses) no seu próprio país, da sua própria cultura e valores.

A estratégia de escravatura pretendia fazer acreditar aos moçambicanos que não passavam de animais domésticos, prontos a servir ao branco. Disto faz testemunho Ngoenha quando afirma:

“Usando muitas vezes métodos violentos, os europeus começam a impor o seu sistema de administração, de valores e crenças nas populações indígenas. É uma campanha para conquistar as terras e as almas. Foram construídas doutrinas com a pretensão de mostrar a superioridade do branco perante o negro.”

 (Ngoenha, 2000: 20)

As missões católicas pretendiam que os moçambicanos abandonassem as religiões autóctones e suas crenças, que rejeitassem os seus deuses e suas práticas tradicionais, colocando o cristianismo como uma religião universal que adora o “verdadeiro” Deus. Daí, as crenças tradicionais afro-moçambicanas passam a ser cunhadas com termos pejorativos de “superstição”, “feitiçaria”, “idolatria”, etc.

A história conta que foram 5 séculos de colonização, submissão, humilhação e opressão do negro moçambicano pelos portugueses, o que acarreta graves consequências psicológicas aos moçambicanos de hoje.

O grande afrocentrista, Molefi Kete Asante[[3]](#footnote-3), constata que durante os 5 séculos passados os africanos foram cultural, económica, religiosa, política e socialmente marginalizados pela Europa e, a África tem sido vista como periferia desta última, o que tornou os próprios negros mentalmente colonizados.

1. **Consequências psico-sociais da opressão colonial portuguesa em Moçambique: autonegrofobia**

Depois de toda história de humilhação racial do negro causada pelo narcisismo e etnocentrismo europeu. Depois de tanta depreciação ontológica, sofrimento e inferiorização, o negro vê-se ontologicamente agrilhoado, a sua mente encontra-se oprimida de tal maneira que se torna difícil devolvê-lo o seu orgulho ontológico.

O negro com que convivemos nos dias de hoje, revela-se mais racista, não racista contra os brancos mas contra o próprio negro (autonegrofobia). Este racismo manifesta-se no seu relacionamento com o branco: patronização do branco e na cortesia que tanto manifesta quando o encontra; manifesta-se também nos sonhos de casar ou ter um caso com uma/o branca/o ou mulata/o como condição de elevação do seu estatuto sócio-racial, na consideração como indicador da beleza e da bondade a cor mais clara ou branca (quanto mais clara a pele mais pura, mais bela e mais boa). Manifesta-se na rejeição da sua cultura, das línguas maternas, dos nomes e valores tradicionais em favor de nomes e cultura ocidental. Para esta desontologização do negro moçambicano, Portugal optou por usar quatro estratégias principais de opressão: a escravatura, a educação assimilacionista, a colonização geopolítica ultramarina e as missões católicas. Todas estas estratégias, tinham como suporte a ideologia racista europeia.

Como vimos acima, segundo Fanon (1956: 42) a dominação racial foi legitimada através de argumentos científicos, assim a raça inferiorizada viu-se autonegar-se como raça, entretanto, tenta imitar o opressor, desracializando-se. Nesta situação a raça inferiorizada nega-se como raça diferente e com características próprias e sente-se como raça imitando a raça que se diz superior, as suas convicções, doutrinas e tudo o que lhe diz respeito.

São estas atitudes comportamentais que herdamos do colonialismo português em Moçambique, que se manifestam nos comportamentos connosco mesmos e com os outros irmãos negros e brancos.

Entendemos por consequências psico-sociais aos resultados comportamentais do homem em relação com outros homens e consigo mesmo originados por determinadas causas, neste caso, pela opressão colonial portuguesa.

O comportamento humano é sempre resultado de uma certa forma de pensar, o corpo é expressão do pensamento, ou seja, o corpo é já uma linguagem enquanto manifestação do que se pensa. Por sua vez, o pensamento é condicionado, seja política, social, geográfica e economicamente.

Aqui ater-nos-emos às consequências psico-sociais social e politicamente condicionadas pelo regime colonial, sobretudo pela ideologia racista, pois que, segundo Fanon (1956: 37) o racismo afecta o falar, o andar…em poucas palavras, o comportamento do indivíduo. Para já, vejamos algumas das consequências apontadas por Ngoenha:

“A superioridade da raça branca não era só uma doutrina praticada na Europa. Também foi assimilada pelos mulatos e negros que das Américas regressavam à África. Muitos deles tiveram uma atitude altiva, chegando a evitar misturar-se com os africanos que habitavam originalmente aqueles países. Até importaram formas de vestir dos seus antigos senhores nas Américas, tomando praticamente o seu lugar na relação social com os `irmãos´ que cá ficaram, chegando ao ponto de, em alguns casos, se evitar deliberadamente a miscigenação através de casamentos entre os “regressados” e civilizados e os `nativos´ que ficaram”.

 (Ngoenha, 2005: 197)

Estas sequelas neuróticas verificam-se ainda hoje em Moçambique, se calhar de forma mais grave ainda, apesar de termos já passado quatro décadas após a independência. Assim afirmamos por experiência na convivência com os irmãos mentalmente oprimidos, na qual fomos detectando comportamentos neuróticos inconscientes de alienação, autodepreciação e autonegação .

A sociedade moçambicana de hoje está cada vez mais ocidentalizada. Esta ocidentalização dos moçambicanos reflecte-se nos valores, nas crenças, no cultivo da cultura, na indumentária, no uso da linguagem, no comportamento e relacionamento interpessoal que manifestam diante de si mesmo e dos outros (negros e brancos). Valores alheios são cultivados cegamente como se fizessem parte da nossa cultura. Temos cada vez mais verificado a predominância da *dólar-cracia* (Ngoenha)como valor supremo, em detrimento do humanismo e solidariedade que caracterizam as culturas africanas. A música mais ouvida e elogiada não faz parte da nossa cultura, fala-se de rock, pop, electrónica, etc, em detrimento da *marrabenta,* da *Makwaela,* da *pandza,* etc. Os jovens vestem-se como se fossem americanos, dizem-se *swaggs;* as raparigas já não dão tanto valor à capulana e ao lenço, estes são sinónimos de tradicionalismo, no entanto, são usados somente em cerimónias tradicionais ou especiais como forma de mostrar respeito na forma de se vestir.

Quando alguns moçambicanos se fazem crentes nalgumas igrejas evangélicas de expressão brasileira, em menos de seis meses, já não falam mais o português moçambicano, mas sim o brasileiro, falam como se tivessem uma batata na garganta, rocam e maltratam as palavras.

Nos serviços sociais institucionais, por exemplo, restaurantes, os negros privilegiam o atendimento ao branco, pois este é símbolo de riqueza, do *patroísmo*, de senhoria, e o negro vê-se a si próprio como símbolo de pobreza, servidão, escravatura, senão até a feiura.

Por falar em feiura, homens e mulheres lutam pelo enbranquecimento da pele, não se importam se essa clareza da pele trará beleza ou feiura, nem com as consequências de saúde que advém dos produtos químicos e injecções aplicados para tal, apesar de a OMS (Organização Mundial de Saúde) ter alertado sobre os perigos desses produtos. Para ele(a)s, a cor clara é o sinónimo de beleza, a isto nós chamamos de estética de autonegação ou autodepreciação enquanto que para Frantz Fanon (2008: 27) é uma neurose.

Além disso, a maior conquista amorosa do moçambicano/a é namorar ou desposar um/a branco/a, não se importando com o estatuto social, moral nem estético da pessoa que desposa, desde que seja branco/a já é em si uma grande conquista. Geralmente, isto leva jovens a namorarem ou se casarem com velhos/as; ministros/as a se casarem com criadas/os de hotéis, só porque são branco(a)s, o que não aconteceria se ambos fossem negros.

Salienta-se que não há nenhum mal em alguém casar-se com uma pessoa de estatuto inferior nem de raça diferente da sua, o mal está no facto de as mesmas pessoas não poderem casar uma negra/o nas mesmas condições desfavoráveis que o branco/a se encontra. Neste caso, o casamento com branco(a), é visto como uma tentativa de elevação do estatuto social inferior para estar em pé de igualdade com a raça branca. Quando um/a negro/a conquista ou é conquistado/a por um/a branco/a a expressão de novidade *“acertei um/a white…”* não falta.

O mais triste é o facto de estes comportamentos atingirem mais a camada jovem e adulta que se diz culta. Mal alguns compatriotas académicos saem para estudar num país estrangeiro, sobretudo ocidental, ao voltarem tomam o país acolhedor como referência ideal em todos os aspectos e maltratam os ouvidos dos que cá ficaram e os circundam com as expressões “*lá em Portugal lá*…”. Neuróticos da estratégia geopolítica ultramarina, depreciam as beldades do seu próprio país e tudo de bom que nele podemos encontrar como referência mundial. Mal ficam 6 meses em Portugal, ou adoptam um sotaque português ou, ao regressar ao país natal, já não conseguem ambientar-se como antes, porque o ambiente *de cá de casa* é desagradável e inóspito. Fanon (Ibidem: 34) chama a estes autonegrófobos de auto-alienação da nacionalidade de “os regressados” (*les arrivés*).

A estes comportamentos de auto alienação, autodepreciação e autonegação por ser negro, nós chamamos de autonegrofobia. Por autonegrofobia pretendemos designar uma série de comportamentos que os negros manifestam no medo de ser negros, ou seja, um conjunto de comportamentos que exprimem a auto-negação (consciente ou inconsciente) de poder participar da humanidade enquanto a cor da pele for negra e enquanto identificar-se pela cultura e pelos valores afro-moçambicanos

Estas formas de vermos a nós próprios é produto não apenas do colonialismo e opressão portuguesa, mas também da ignorância. Do colonialismo e opressão portuguesa, porque fomos por eles alienados e desontologizados. Da ignorância, porque ignoramos as nossas raízes, o nosso passado, a nossa história e, portanto, os nossos verdadeiros valores, as nossas identidades, as nossas culturas. Mas o que devemos fazer diante desta colonização mental?

1. **Educação como instrumento de libertação mental**

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”.

 Nelson Mandela

Para nós, se quisermos nos libertar desta colonização mental, deste deslocamento cultural, temos que repensar a tradição e a modernidade, temos que repensar o passado e o presente no sentido de projectarmos, com um mínimo de conhecimento de causa, o futuro.

Para Kwame Gyekye (1997) a tradição e a modernidade não se desencontram, pelo contrário, são inseparáveis. Segundo ele, toda a modernidade é modernidade de uma tradição.

Nesta perspectiva, não é lógico falar-se de modernização da tradição, dado que a modernidade já é em si modernidade de uma tradição, assim como o presente é sempre produto do passado. A tradição moderniza-se a si mesma, partindo de dentro de si mesma. Contudo, nenhuma cultura anda sozinha, todas as culturas desenvolvem interacções com culturas de outros povos e emprestam-se mutuamente alguns indícios. É este empréstimo mútuo de alguns indícios que contribui (ou deveria contribuir) para a cultura universal. É das culturas particulares que se pode atingir a cultura universal e não o contrário, como se vem passando nesta era de globalização, na qual participamos, sem sombra de dúvida, como globalizados e o Ocidente como globalizante.

Mas com que meio podemos repensar na tradição e modernidade, o presente, passado e o futuro?

Nelson Mandela afirma que “a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. Na mesma linha de pensamento, nós acreditamos que o motor de transformação social mais poderoso do nosso planeta, é a educação. Para nós, tal como para José P. Castiano do Prefácio da obra de Ngoenha (2000: 9) “Estatuto e Axiologia da Educação”, “o saber (para nós equivale à educação) pode ser um instrumento de libertação”, isto significa, segundo Castiano, “fazer com que cada um de nós, que cada país, se manifeste firme nas suas tradições, sem contudo negar o direito de existência das outras”. Portanto, para nós, e na esteira de Edward Wilmot Blyden, da mesma maneira que a educação foi usada como instrumento de opressão pelo colonialismo português, ela pode ser também usada como instrumento de libertação mental. No entanto, a tradição e modernidade, o passado e o presente devem reflectir-se nos conteúdos dos currículos locais da nação moçambicana.

Alberto Viegas citado por Castiano, (2015:30) ensinou-nos que “a única forma de entrarmos no universal hoje, é com os pés bem firmes nas nossas culturas particulares” porque, como diz Fanon (1956: 48), “a universalidade reside nesta decisão de assumir o relativismo recíproco das culturas diferentes, uma vez excluído irreversivelmente o estatuto colonial”. Deste modo, os valores e saberes locais devem ser incluídos na Academia, não para que sejam modernizados como quer Castiano, mas para que, de acordo com a nossa visão, se possam modernizar a partir si próprios, ou seja, para que através da atitude crítica e da criatividade possamos pensar nas novas formas de as nossas tradições tomarem um carácter novo, partindo delas mesmas. Pensamos que, falar de modernização das tradições pressupõe a busca de referências dessa modernização fora dessa tradição, o que significa globalização.

Com a inclusão dos valores e saberes locais ditos tradicionais no currículo, o objectivo não será somente o de poderem se modernizar, nem somente de que possam ser submetidos à reflexão crítica mas, também, o de que possam desmistificar as mentes dos moçambicanos no que tange ao mito de que só os brancos detêm ciência e educação requeridas por um ser humano para que seja ser humano. Estes saberes deverão ser relacionados às grandes contribuições (invenções) dos negros (africanos ou não africanos) para o progresso do espírito humano. O que implica a inclusão da história afrocentrada da arte, da ciência, da política, da economia, da religião, etc. desde que os negros tenham dado uma grande contribuição.

É preciso que apostemos numa educação para a consciência negra, na qual a literatura atribua aos personagens de textos nomes afromoçambicanos, cujos textos exprimam o orgulho pela raça negra e a boa convivência entre raças. É preciso que os poetas e escritores apostem em textos que critiquem comportamentos autonegrófobos, e que exaltem a negritude e o humanismo sem termos que voltar e permanecer no passado, como o fez o movimento de Aimé Cesaire. Desafiamos aos profissionais de linguística e literatura a criarem dicionários de nomes afromoçambicanos a partir das línguas locais para que os moçambicanos possam ter várias alternativas na escolha destes para os seus filhos.

Somente enquanto as escolas moçambicanas puderem reflectir sobre a alienação mental e cultural poderão, os negros moçambicanos, tomar a consciência de ser mental e culturalmente oprimidos. Somente enquanto a pedagogia praticada nas escolas moçambicanas usar os métodos libertadores (o diálogo, a conscientização, a problematização) é que os negros moçambicanos poderão ter a oportunidade de se reconhecerem como seres livres, mental e culturalmente.

Somente enquanto a escola, for humanista e tiver como valor último o humanismo, é que poderão os negros moçambicanos perceber que a dignidade humana não é legitimada por onto-antropologias e culturas alheias, e que todo homem tem dignidade e, por conseguinte, deve se tratar e ser tratado como tal independentemente da sua cor, cultura, proveniência geográfica, género sexual, orientação sexual, religião, etc. Portanto, os métodos da pedagogia do oprimido de Paulo Freire são também importantes para a libertação das mentes oprimidas de todo o mundo, em particular, de Moçambique.

**Conclusão**

No desenvolvimento deste artigo, partimos da ideia de que o conceito de raça leva-nos a desaguarmos no conceito de racismo, pois que este conceito foi criado para diversificar e hierarquizar os homens em raças superiores e inferiores.

Frisamos que o Ocidente, ávido de poder e ganância, antes da ocupação do espaço do Outro, inventou mitos que legitimassem tal ocupação do espaço de Outro e a alienação da sua alma, criando ideologias racistas segundo as quais, o Outro não desenvolveu a razão, é amoral e, por isso, não participa do movimento histórico. Daí, a colonização e opressão do Outro era uma tarefa “libertadora” da natureza semi-humana que este Outro manifesta.

Para tal intento, Portugal, ao colonizar Moçambique, optou por desenhar estratégias de dominação racial que são: a escravatura, a política geopolítica ultramarina, educação assimilacionista e a missões católicas e protestantes.

A escravatura inculcou aos moçambicanos o espírito servil, fazendo-os acreditar que nasceram para serem instrumentos de trabalho do branco. A política geopolítica ultramarina aportuguesou os espíritos dos moçambicanos, passando estes até hoje a tomar como país de referência *eldorado* todo o país ocidental acolhedor, inclusive Portugal. A educação assimilacionista, transmitiu valores portugueses lusocentrados, que até hoje tornam os moçambicanos autoalienados, autodepreciativos e autonegativos. A estratégia das missões católicas faz com que os moçambicanos hostilizem as suas crenças religiosas tradicionais, chamando-as até hoje de superstições, feitiçarias e idolatrias.

A estes comportamentos de auto-alienação, autodepreciação e autonegação, chamamos de autonegrofobia. Autonegrofobia é uma série de comportamentos que os negros manifestam de medo de ser negros, ou seja, um conjunto de comportamentos que exprimem a auto-negação (consciente ou inconsciente) de poder participar da humanidade enquanto a cor da pele for negra e enquanto identificar-se pela cultura e os valores africanos (moçambicanos).

Em resposta a esta problemática, vimos a necessidade de nós moçambicanos repensarmos a tradição e a modernidade, o passado e o presente, com vista a melhor projectarmos o nosso futuro para a libertação mental. Para tal, o desenho e implementação de uma educação para a consciência negra, uma educação que seja humanista, afrocentrada e libertadora seria necessário para a nossa libertação.

**Bibliografia**

ASANTE, Molefi. Kete. (s/d). *Afrocentricity: the theory of social change*. [online] disponível na internet via WWW. URL: multiworldindia.org/wp-content/.../**Afrocentricity**.pd. s/l. s/ed. s/d. acedido em 10 de Feveiro de 2016.

CASTIANO, J. P. *et al*; 2005. *A Longa Marcha duma “Educação para Todos” em Moçambique*. 2ª ed. Maputo, Imprensa Universitária.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. 2013. *Os Saberes Locais na Academia. Condições e Possibilidade da sua Legitimação.* Maputo, Editora Educar.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. 2010.*Referênciais da Filosofia Africana*: *‘Em Busca da Intersubjectivação’*. 1ª ed. Maputo, Ndjira.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. 2015. *Filosofia Africana: da Sagacidade à Intersubjectivação com Viegas*. Maputo; Editora Educar.

FANON, Frantz. 1956. *Em defesa da Revolução.* Paris, Présence Africaine.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. 2018. *Pele negra, Máscaras Brancas*. Bahia, EDUFBA.

FREDRICKSON, George M. 2004. *Racismo*. Porto, Campo das Letras.

FREIRE, Paulo. 2005. *Pedagogia do Oprimido*. 11ª Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GYEKYE, Kwame. 1997. *Tradition and Modernity: Philosophical Reflections on the African Experience*/Kwame Gyekye. New York, Oxford University Press.

MBEMBE, Achile*.* 2014. *Crítica da Razão Negra*. (trad.) Marta Lança. Crítica da Razão Negra. 1ª ed. Lisboa, Antígona.

NGOENHA, S.E*.* 2000. *Estatuto e Axiologia da Educação*. Maputo, Livraria Universitária/UEM.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. 1993. *Das Independências às Liberdades.* Maputo, Edições Paulistas-África.

1. Dicionário em formato digital sem informação bibliográfica [↑](#footnote-ref-1)
2. [↑](#footnote-ref-2)
3. Cfr. Artigo de Molefi Kete Asante “Afrocentricity: the theory of social change”. s/l. s/ed.s/p. [↑](#footnote-ref-3)